

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 22

Sessão Ordinária

11 de Setembro de 2017

**APROVADA POR MAIORIA
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22/12/2017.**

Pedro



-----Aos onze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezassete, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

11 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 23 de junho de 2017;-----

12 Informação de Correspondência;-----

13 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

21 PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----

22 PONTO 2 – Repartição de Encargos: Ano de 2017/2018; -----

23 PONTO 3 – Doação de terreno sito no Carvalhal à União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-

24 PONTO 4 – Concurso Público para fornecimento de energia elétrica para as instalações dos Municípios da CIMDouro e afins – Concurso Público para 2018;-----

25 PONTO 5 – Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro e Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2017. ---

26 PONTO 6 – Autorização para a contratação de empréstimo a médio/longo prazo; -----

27 PONTO 7 – Zonas Remotas – Despacho n.º 3849/2017, de 8 de Maio de 2017;-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----João Augusto Leonardo;-----

-----Maria Helena de Sousa Bernardino;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Luís Manuel Gonçalves Almendra; (*Em substituição do deputado José Mário Leite*);-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição do deputado Mauro Xavier Cristão Gabriel*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Ademar Augusto Rodrigues Alves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Basílio Mário Lázaro – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e quatro** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:** -----

-----**Cristina Alexandra Pantaleão Trindade** – Presidente de Mesa;-----

-----**Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto** – 1.^a Secretária; -----

-----**João Augusto Leal Leonardo** – 2.^o Secretário.-----

Pedro



-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS) que não justificou a falta;-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo Da Silva Ferreira (PS) que não justificou a falta;-----
- Luísa Maria Pinto Ferreira (PS) que não justificou a falta; -----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.^a Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Dirigente de 3.º Grau Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**A Presidente de Mesa:** Bom dia. -----

Antes de mais, quero informar a Assembleia que temos que chamar a deputada Cecília para constituir a Mesa, já que o Sr. Presidente, José Mário Leite, por questões de trabalho, não pode estar presente. -----

-----A Sr. Presidente da Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**A Presidente de Mesa:** Vamos passar, então, à Apreciação e votação da ata.-----

1.1 Ata n.º 21 da Sessão Ordinária realizada em 23 de Junho de 2017. -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

16. Adm
Caf

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 21 votos a favor, e 3 abstenções, **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Como já toda a gente tem conhecimento deste ponto uma vez que a informação de correspondência foi distribuída a todos os membros, e a mesma está à disposição de quem pretenda consultá-la, caso não haja nenhuma intervenção passamos para o ponto seguinte.-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema (PS)** e **José Carlos Meneses (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----Interveio também neste ponto o Dr.º Nuno Trigo (Secretário Executivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos).-----

-----**A Presidente de Mesa:** Há alguém que se queira inscrever no Período de antes da ordem do dia? Faça o favor, Sr. Deputado -----

-----**O Deputado António Alves Salema:** Pretendo fazer uma comunicação à Assembleia Municipal, por se tratar da última Assembleia deste mandato, e para mim acabou a vida em funções políticas.-----

Comunicação-----

“Assinalo hoje o término das minhas funções como deputado desta Assembleia Municipal, sendo o culminar de cerca de quarenta anos ao serviço do Poder Local, ao serviço principalmente do Concelho de Moncorvo, das suas gentes, em prol do desenvolvimento humano; desempenhei funções e responsabilidades como vereador quase duas décadas, na área da saúde e ambiente, chefe de gabinete, deputado da Assembleia Municipal e Presidente da Assembleia em substituição do atual Presidente à época. Os quase cerca de quarenta anos de atividade no Poder Democrático Local não se resumem em algumas linhas ou palavras proferidas, em cerca de quatro décadas que assentaram em muito empenho, responsabilidade, sacrifício, dedicação, disciplina e rigor, mas também sentimento de compromisso, de elevação

Edo



*da minha conduta, de pertença a uma equipa de trabalho que pôs sempre à frente o interesse da população e seus interesses e necessidades, de forma a que as minhas e nossas ações pudessem beneficiar e aumentar a qualidade de vida das pessoas deste concelho. Primeiro as pessoas, num sentimento humanitário que se propagou para a minha outra paixão, que como sabem, são os Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo, também há cerca de trinta anos. Penso ter cumprido a minha missão, ter cumprido o meu projeto de vida, num caminho que prezo ter sido de honestidade, trabalho e, sobretudo, de resolução diária dos mais diversos problemas e situações que uma comunidade enfrenta sem nunca vacilar ou perder o rumo. Orgulho-me de ter pertencido a uma equipa madura, inteligente, a saber o que queria para o concelho, tendo pautado o meu contributo nesse mesmo postulado. No início tivemos sempre o projeto de criação de infraestruturas para o concelho, dotá-lo de rede de esgotos, água e saneamento, criar condições de habitabilidade dignas para toda a população, pensar e desenvolver o ambiente, repartidas no desenvolvimento das áreas da cultura, património, educação e desporto, aproveitamento dos fundos comunitários para a execução das obras vitais para o desenvolvimento do concelho. O trabalho está à vista para os que sabem valorizar, identificar e reconhecer a obra. Moncorvo viu-me nascer, foi aqui que dediquei, vivi e vivo a minha vida, foi por ele que cresceu o meu projeto de uma vida. Quero agradecer a todos os que me acompanharam e participaram, tal como eu, nestes últimos quarenta anos no trabalho de atividade municipal. Ninguém consegue nada sozinho, mas também é na solidão dos nossos momentos íntimos que decidimos a força e os homens que queremos ser. Creio que onde existe vaidade e exibicionismo não existe inteligência, profundidade e sentido de vida. Orgulho-me de ter pertencido a uma geração de homens que não estando isentos de defeitos, tinha inúmeras qualidades, ninguém o pode negar. Força de caráter, respeito pelos outros, propósito de vida com sentimento altruísta e de promoção do bem estar comum.-----
Resta-me agradecer a todos, sem exceção, o companheirismo, a amizade e a consideração demonstrada por todos aqueles que aqui passaram nas lides autárquicas. Desejo a todos sinceramente àqueles que vão continuar as maiores felicidades e êxitos, e àqueles que cessam funções um abraço e muita saúde.-----
Obrigado a todos.-----
Viva o Concelho de Torre de Moncorvo.”-----*

-----**A Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Faça o favor, Sr. Deputado -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia a todos, à Mesa da Assembleia, aos restantes deputados.-----

A Bancada da Coligação pretende também proferir umas palavras, entregar um documento à Mesa, para que seja também distribuído por todos os funcionários. Eu vou passar a ler.-----

“Digníssima Mesa da Assembleia Municipal,-----

Em meu nome pessoal e da Bancada dos membros da coligação do CDS-PP/PSD, vimos pelo presente documento felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Dr. Nuno Gonçalves, e todo o Executivo pela forma como conduziram os desígnios do Município estes últimos quatro anos. Foi imperativo uma gestão transparente, com rigor e com profissionalismo, para poderem executar não só os compromissos eleitorais, bem como os compromissos orçamentais.-----

Pretendemos que a Mesa da Assembleia faça chegar este documento a todos os funcionários do Município, uma vez que é vontade da Bancada da Coligação (CDS-PP/PSD) prestar-lhes um voto de louvor pelo desempenho profissional, de como desenvolvem as suas funções como funcionários desta prestigiada instituição.-----

Para finalizar, dirigimo-nos à Mesa da Assembleia Municipal e aos nossos colegas da Bancada do PS, e de uma forma cordial, transmitir que foram quatro anos de reuniões ordinárias e extraordinárias, no qual e no final o resultado, em nosso entender, é que a vontade de todos nós, independentemente de Partidos políticos, ideias e opiniões contrárias, fosse que Torre de Moncorvo saísse a ganhar, que as gentes desta magnífica localidade tenham orgulho em viverem e trabalharem em Moncorvo.-----

Muito obrigado a todos por estes quatro anos. Um bem haja a Torre de Moncorvo.”-----

-----**A Presidente de Mesa:** Mais algum deputado? Não sei se a Bancada Parlamentar também quer assinar.-----

Relativamente a uma questão que ficou da passada Assembleia, não sei se algum Sr. Deputado pretende alguma explicação, que eu tive conhecimento que o Sr. Secretário Executivo da Associação de Municípios do Douro Superior está presente, e tinha ficado a questão de se saber se o nosso Município paga pelos outros Municípios na questão dos resíduos. Eu ponho esta questão à consideração da Assembleia, para saber se algum de vocês pretende algum esclarecimento. Faça favor, Sr. Deputado José Meneses.-----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Mas o Secretário, Dr. Nuno Trigo, está na Assembleia? Aqui não está, que não estou a vê-lo, mas está aqui no edifício? Uma vez que está cá, já é a segunda vez que vem cá, eu acho que seria vantajoso entrar, e se houver questões para colocar...-----

Pedro



-----**A Presidente de Mesa:** Já que o senhor se predispôs a vir, a interromper as férias para vir, podemos ouvir aquilo que ele tem para dizer. Desde já agradecemos a sua presença e o esclarecimento que nos traz.-----

-----**O Dr.º Nuno Trigo** (*Secretário Executivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos*): Eu é que agradeço. Eu não sei que tipo de esclarecimento é que pretendem.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Ficou a questão de saber se realmente nós estávamos a pagar a mais – terá sido outro deputado que não está presente a fazer essa questão, mas se estamos a pagar pelos outros Municípios.-----

-----**O Dr.º Nuno Trigo** (*Secretário Executivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos*): Obviamente que não. Sem me alongar muito, porque isto, enfim, teria muito que explicar, mas em primeiro lugar, gostaria de lamentar, porque já é a segunda vez que venho aqui e que não sou ouvido, não sou ouvido pela pessoa que me convoca para estar aqui. Mas, de qualquer das formas, eu passo a explicar aquilo que é óbvio, e que é de todo transparente – aliás, eu gostava de saber de onde é que vem essa ideia, de que Moncorvo paga o lixo dos outros. Da recolha, eu tenho aqui dados de 2016, cito apenas alguns, a evolução da recolha de lixo e os montantes faturados ao Município de Moncorvo: 2012, quinhentos e onze mil euros (511.000€); 2013, quinhentos e sete mil euros (507.000€); 2014, quatrocentos e sessenta e nove mil euros (469.000€); 2015, quatrocentos e quarenta e sete (447.000€); e 2016, quatrocentos e quinze (415.000€). Ou seja, desde 2012 até 2016, são menos cem mil euros (100.000€).-----

Depois, enfim, poderiam estar envolvidas algumas despesas de funcionamento da associação, também alguns valores – evolução das despesas com pessoal da associação: 2012, cento e sessenta e três mil euros (163.000€); 2013, cento e oitenta e oito (188.000€); 2014, cento e cinquenta e dois (152.000€); 2015, cento e catorze (114.000€); e 2016, cento e doze (112.000€). Ou seja, de 2013 para 2016 houve um decréscimo de sessenta mil euros (60.000€).-----

Ou seja, eu não entendo como é que se pode dizer que é transferido mais dinheiro para a associação ao longo do tempo, quando é precisamente o contrário. Agora, eu penso – mas isto é apenas o que imagino – que a questão está nos acordos de regularização da dívida que foram realizados ao longo do tempo, e que se refletem nas transferências realizadas. Em 2014, o Município de Moncorvo fez um acordo de regularização de dívida com a Associação de Municípios no valor de quinhentos e vinte e oito mil euros (528.000€); ou seja, em 2014, o

14
Edmo
CJ

Município de Torre de Moncorvo devia quinhentos e vinte e oito mil euros (528.000€) à associação. Ora, foi feito um acordo de regularização de dívida que se traduz numa mensalidade de cerca de cinco mil euros (5.000€) por mês, e que tem vindo a ser paga precisamente todos os meses. Ou seja, eu não sei se esse valor foi contabilizado pelo Sr. Presidente da Assembleia, e se é isso que, no fundo, faz com que ele tenha algumas dúvidas relativamente aos valores transferidos para a associação. A verdade é que com o acordo de regularização de dívida, o dinheiro foi totalmente entregue à Associação – ou seja, perante a Associação, Moncorvo não tem dívida. A verdade é que Moncorvo continua a transferir todos os meses cinco mil euros (5.000€) para que seja amortizada a dívida à entidade bancária. Eu não sei se será a esse nível que se gerou algum tipo de confusão, mas isso são tudo suposições, porque o senhor não está cá. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Pois, Dr. Nuno, eu agradeço-lhe, e de facto, também não sei que mais explicações é que poderia dar, e peço desculpa de a pessoa que fez a pergunta não estar presente. A situação está esclarecida com a sua explicação, mas esses dados são públicos. ---

-----**O Dr.º Nuno Trigo** (*Secretário Executivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos*): Os dados são absolutamente públicos. Aliás, nós temos essa obrigação legal. -----

Apenas mais uma nota para dizer que relativamente ao método de imputação de custos dos resíduos, ele é feito com base nos censos oficiais – e os últimos censos oficiais são de 2011. Ou seja, a imputação de custos é feita por um método de capitação. Aliás, a Resíduos do Nordeste também utiliza o mesmo método de imputação de custos, ou seja, quem tem mais população é quem paga mais. No caso da Associação de Municípios, é o Município de Mogadouro, mas com significativa diferença. Mas, esses valores também estão aqui, são públicos e podem ser consultados por qualquer pessoa.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Eu agradeço-lhe mais uma vez, e peço desculpa por não ter sido ouvido antes, e a sua disponibilidade é de agradecer por esta Assembleia. Muito obrigada nós.-
Faça favor, Deputado Salema.-----

-----**O Deputado António Alves Salema:** Penso que este assunto já foi devidamente debatido nesta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Assembleia e Câmara Municipal. Mas, eu só queria perguntar ao Dr. Nuno – que não fiquei bem esclarecido – se a dívida dos quinhentos e tal mil euros é diluída em cinco mil euros

Pedro



(5.000€) por mês ao longo dos respetivos meses. E a Câmara Municipal transfere para a Associação os cinco mil euros (5.000€) mensais? -----

-----**O Dr.º Nuno Trigo** (*Secretário Executivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos*): Os quinhentos e vinte e oito mil euros (528.000€) foram adiantados, foram entregues à Associação na sua totalidade pela entidade bancária, no caso, a Caixa Agrícola de Mogadouro, porque o acordo de regularização de dívida é com base num assumir da dívida por parte do Município de Moncorvo à Associação. E esse assumir de dívida é entregue como garantia à Caixa Agrícola. A Caixa Agrícola funciona de maneira diferente, por exemplo, da Caixa Geral de Depósitos. A Caixa Geral de Depósitos – e dou o exemplo do Município de Freixo, que no acordo de regularização de dívida que tem para com a Associação, paga diretamente à Caixa Geral de Depósitos. No caso da Caixa Agrícola, o montante de cinco mil euros (5.000€) mensal é transferido pela Câmara para a Associação e é descontado no dia a seguir pela Caixa Agrícola. Ou seja, o dinheiro entra e sai, e é diluído precisamente nos cem meses, ou o que seja. -----

-----**O Deputado António Alves Salema**: O problema está aqui, ao vermos uma verba transferida um tanto ou quanto elevada, sem estar devidamente esclarecida. As razões apontadas, servem hoje para um melhor esclarecimento e penso que todos têm razão. Agora ficamos mais esclarecidos.-----

-----**O Dr.º Nuno Trigo** (*Secretário Executivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos*): Eu penso que seja isso. -----

-----**A Presidente de Mesa**: Mais algum esclarecimento? Passamos, então, ao ponto seguinte.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

14. Pedro
Oly

-----**A Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bom dia a todos. Dar-vos, antes de mais, os cumprimentos do Executivo para com a Assembleia Municipal, também ao público aqui presente.-----

E na pessoa dos Srs. Deputados, recordar mais uma vez que em 2016 se comemoraram os quarenta anos das primeiras eleições livres e democráticas do Poder Autárquico. E portanto, dar também essa nota, e o contributo que todos – e ainda há aqui alguns – de todo o trabalho que foi feito durante esses primeiros tempos da jovem democracia portuguesa, onde o saneamento, as estradas e a luz – principalmente estes três aspetos – chegaram à casa das pessoas. Essa foi a grande revolução na política, foi o grande contributo autárquico das mulheres e dos homens que em 1976 foram eleitos.-----


Depois, dizer-vos que hoje estamos num paradigma completamente diferente, mas um paradigma que não vai ser muito distinto daquilo que foi em 1976, porque se é verdade que o saneamento, as estradas e a luz chegaram às casas, hoje compete também a estes órgãos autárquicos fazer a renovação de todos esses sistemas, nomeadamente do saneamento e das estradas, que também muitas delas, que eram nacionais, passaram para municipais, sem o envelope financeiro necessário para as Câmaras poderem assumir essas atribuições que o Poder Central nos passou. E por isso, estamos hoje nesta situação em que, como vos disse anteriormente, Torre de Moncorvo terá uma expectativa, dentro em breve, de ter sete milhões de euros (7.000.000€) aprovados, sendo uma grande fatia desses para o saneamento no Concelho de Torre de Moncorvo.-----

Depois, temos o paradigma do turismo e das novas áreas de informação. E por isso, estamos a trabalhar também nas novas redes de wi-fi em vários pontos do concelho. -----

Serve, então, este primeiro introito para a todos os que aqui estão, que têm um legado nas vossas costas de quarenta anos, que hoje estão a representar as populações, para vos dizer, em nome do Executivo, o nosso muito obrigado. -----

Quanto à informação escrita, saliento aqui a realização do III Encontro de História e Cultura Judaicas, que homenageou o Prof. Adriano Vasco Rodrigues. Foi uma forma também de Torre de Moncorvo estar ligado a alguém que, como ele diz, não nasceu em Moncorvo mas se ligou a Torre de Moncorvo pelo coração. A realização do espetáculo “Terra do Zeca”, o apoio com a ACIM para a realização de mais uma edição do Festival das Migas e do Peixe do Rio.-----

Importantíssimo para Torre de Moncorvo, a obtenção da Indicação Geográfica Protegida (IGP) – não é “UGP”, como já vi por aí referido; é “IGP” – que foi um processo elaborado pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo no âmbito do Gabinete de Apoio ao Investidor.

Pedro 



Quando tantas vezes somos criticados pelo Gabinete de Apoio ao Investidor, esta foi uma resposta que este Gabinete deu. -----

Salientar também a criação do Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, que terá sede em Torre de Moncorvo, tendo sido assinado o protocolo com a presença da Sra. Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, Dra. Catarina Marcelino. -----

Dizer-vos também que temos neste momento cento e oitenta quilómetros novos de percursos pedestres, sendo que estão uns em fase de finalização de toda a indicação e sinalização, homologação e marcação de rede de percursos. -----

A comemoração do Dia Internacional da Juventude – e eu aqui não me posso esquecer que durante anos e anos, aqui também nesta casa e na Assembleia Municipal, fazíamos ano após ano o pedido para a criação do Conselho de Juventude, e neste mandato conseguiu-se dar início ao Conselho de Juventude, e dar também um forte apoio para que as políticas de juventude sejam discutidas também nesta casa. -----

Regressou a Volta a Portugal em Bicicleta a Torre de Moncorvo. Tivemos a realização da 1.^a Festa do Livro, onde estiveram à venda os livros editados ou apoiados pela Câmara Municipal de Moncorvo, que teve como palco o Jardim Dr. Horácio de Sousa. Está a decorrer a Exposição Fotográfica “Douro, Lugar de um Encontro Feliz”, de António Barreto. E dizer-vos também que foi assinado um protocolo de geminação com Gournay-sur-Marne, que passou por aqui, com as indicações que esta Assembleia nos tinha pedido para serem colocadas. -----

Dizer-vos também que o Executivo se congratula com a situação financeira que vos apresenta a 31 de agosto de 2017. Recordo-vos que temos aqui um saldo do período de sete milhões, oitocentos e treze mil euros (7.813.000€), em termos de passivo, sendo que a dívida andarà nos onze milhões de euros (11.000.000€) – dez milhões e oitocentos mil (10.800.000€), onze milhões de euros (11.000.000€), vamos pôr assim. Longe vão os tempos em que na primeira Assembleia Municipal em que aqui estive perante vós, aparecíamos com um saldo do período de vinte e três milhões (23.000.000€). E portanto, este foi o grande aspeto que podemos salientar neste mandato, foi retirar o Município de Torre de Moncorvo de uma desorçamentação, de um período de excesso de endividamento financeiro legal – recordo-vos que só em excesso de endividamento estaríamos perto dos seis milhões de euros (6.000.000€), cinco milhões e oitocentos mil (5.800.000€), tendo neste momento um saldo positivo, para requerermos um possível empréstimo de investimento, de cerca de três milhões e quatrocentos mil euros (3.400.000€). Ou seja, fizemos aqui um percurso de oito milhões de euros (8.000.000€), sensivelmente. E é isso que nos permite trazer o que vos trazemos hoje, e já tinha referido, esta proposta de empréstimo para investimento. São cerca de setecentos mil euros (700.000€), também não é nada por aí além, mas ajuda os cofres do Município, sendo que o mesmo não conta para o limite legal de endividamento. -----

14. Elio
[Signature]

E perante isto, o que vos quero dizer é que nestas candidaturas que têm no vosso ambiente de trabalho, ou pelo menos nos documentos que foram disponibilizados, temos aqui todos os projetos que já estão devidamente aprovados, e alguns que aguardam aprovação.-----

E é o que neste ponto me apraz dizer, sendo também que, antes que me esqueça, hoje decorre o Concurso da Ovelha Churra da Terra Quente, no Largo da Feira – é um retomar da Feira do Gado, se bem que num aspeto de exposição – e depois será seguido de um almoço, pelo que vos convido a todos a estar presentes, que é no Agrupamento de Escolas. -----
Obrigado. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Mais algum deputado quer fazer alguma questão? Passamos, então, ao ponto seguinte. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município.** –

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS: ANO DE 2017/2018.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bem. -----

Sra. Presidente da Assembleia, o que temos aqui, se repararem, são requalificações de unidades de tratamento das águas residuais de Maçores, da Açoreira, do Peredo, de Urros, Cardanha, Nozelos, Estevais, Junqueira, Horta de Vilariça e Vide. Na primeira parte, foram os contratos que foram assinados com o PO-SEUR, que foram assinados no início da semana passada. O prazo para concretização são cento e oitenta dias, e fazendo a contagem do tempo, obviamente que passará para o ano de 2018. E portanto, teríamos que fazer obrigatoriamente esta repartição de encargos, por ser obrigatória. -----

O resto que temos ali é o que já vamos fazendo todos os anos, que tem a ver com despesas assumidas num ano mas que decorrem para o ano seguinte, nomeadamente os Transportes Escolares, que vai desde setembro a dezembro, e depois de janeiro a junho. E portanto, teriam também que vir aqui. O mesmo se passa nos produtos alimentares para a cantina escolar e na

Pedro



aquisição de serviços. Todos os que transitam de um ano para o outro, para além de irem à Câmara Municipal, terão que vir à Assembleia Municipal. E o que vos solicitamos é que seja dado o vosso aval, por forma a comprometer estas despesas.-----

Obrigado.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Alguém quer fazer alguma questão? Vamos, então, passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, **deliberou por maioria**, (com 23 votos a favor e 1 abstenção do deputado António Júlio Andrade), **aprovar a proposta para “Repartição de Encargos referentes a despesas que vão realizar-se no ano económico de 2017 e de 2018”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — CEDÊNCIA GRATUITA DE TERRENO SITO NO CARVALHAL À UNIÃO DE FREGUESIAS DE FELGAR SOUTO DA VELHA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel de Castro Gonçalves** (PS) e **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. -----

Bom, este é um assunto, como podem ver pelos vossos documentos, que vem de 23 de outubro de 2008 – estamos quase com dez anos. E a situação é a seguinte: como sabem, a entidade gestora das águas da União de Freguesias do Felgar Souto da Velha, onde está incluído o Carvalhal, é competência da Junta de Freguesia. O anterior Executivo, o que fez foi o seguinte: numa venda de um terreno na zona industrial, o proprietário da nascente de água que abastece o Carvalhal pagaria metade do valor desse terreno na zona industrial, e a avaliação da nascente e do terreno serviria de permuta com a Câmara Municipal nesse montante, que são dezassete mil e quinhentos euros (17.500€), mais ou menos – dezassete mil, quatrocentos e noventa e três (17.493€), mais propriamente. Serviria, então, esses

14.
Pedro
Oly

cinquenta por cento (50%), de permuta da nascente e do terreno. E a Câmara comprometia-se a doar esse terreno com a nascente à União de Freguesias do Felgar Souto da Velha, para ser o que tem sido – nestes sete anos tem sido assim: quem está a gerir é a Junta de Freguesia, efetivamente quem limpa o terreno e quem tem a posse do terreno é a Junta de Freguesia, mas nunca se legalizou o acordo que data de 2008. Conseguiu-se, neste momento, reunir toda a documentação, fazer todo o procedimento burocrático e legal, e estamos agora em condições, se nos for dada autorização, de passar para o papel, com uma escritura pública, uma situação que, de facto, já existe há cerca de dez anos. -----

Qualquer esclarecimento, o Sr. Presidente da Junta também está aqui, que poderá explicar, porque esteve já no início do processo, e agora também. -----

Muito obrigado. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Manuel, tem a palavra. -----

-----**O Deputado António Manuel de Castro Gonçalves:** Bom dia a todos.-----

Devemos começar há uns anos atrás. Portanto, quando o Carvalhal nasceu, aquele bairro foi criado pelo Serafim Cigano. Criou uma nascente, na qual a conduta de água atravessava os terrenos dele, ele tinha água gratuitamente e usava a água que queria e que lhe apetecia, o resto é que ia para a população. Ao longo do tempo foi-se melhorando as infraestruturas. Atualmente, a conduta de água já não passa no terreno; o dono deste terreno já não é o mesmo, sendo agora a proprietária a Alcina Jacinto, esposa do António Faneca. Atualmente tem um contador como tem qualquer utente do Concelho. Fez-se um acordo para que o terreno onde está a nascente ficasse a pertencer à Junta de Freguesia. Como até à presente data não se conseguiu fazer as escrituras do referido terreno, e como eu estou de saída, queria deixar isto resolvido, que parece mal, pois passou isto tudo na minha mão. Executou-se lá um furo novo para o Carvalhal estar descansado; atualmente não tem problemas de água, não precisamos da água de Lamelas para abastecer o Carvalhal. Resumindo, há dois furos naquele terreno e a nascente antiga. A população precisa daquele terreno, e que seja resolvida a situação definitivamente.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Mais alguém tem alguma intervenção a fazer relativamente a este ponto? Deputado José Meneses, tem a palavra. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Bom dia. -----

Queria só argumentar e dizer que vou votar favoravelmente este ponto precisamente por duas razões importantes: primeiro, porque se trata de um bem essencial, que é água. E segundo,

Pedro



também por aquilo que o meu homólogo Presidente de Junta disse, arrumar os assuntos antes da sua saída. E já agora, dizer que daquilo que conheço, ele foi um excelente Presidente de Junta. -----

Muito obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a “Ceder gratuitamente o terreno sito no Carvalhal, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 4339, da União de Freguesias de Felgar Souto da Velha, a esta União de Freguesias, com o valor patrimonial de 488,80€, onde está implantada a captação de água para abastecimento domiciliário da aldeia do Carvalhal, à qual foi atribuído o valor de 17 004,95€, e que perfaz o valor total atribuído à cedência gratuita de 17 493,75€”. -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 4 — CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA CIMDOURO E AFINS — CONCURSO PÚBLICO PARA 2018. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**A Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sra. Presidente. -----

Como é hábito nas Assembleias Municipais de setembro, o Executivo traz à Assembleia Municipal o concurso público que é da responsabilidade da CIMDouro. Dizer-vos que no início, em 2013, estávamos com mais de um milhão de euros (1.000.000€), passámos para os novecentos (900.000€), oitocentos (800.000€), e agora estamos com um valor abaixo. -----

Recordar-vos também que o último concurso, pela primeira vez, não foi a EDP que o ganhou, foi a PH Energia que ganhou, e por isso também se refletiu no preço da adjudicação. -----

Este ano, estamos a propor que cedamos as nossas competências à CIMDouro para proceder ao concurso público, sendo que o valor base previsto são setecentos e dezassete mil, trezentos e sessenta euros (717.360€). -----

-----**A Presidente de Mesa:** Alguém tem alguma questão a fazer? Deputado Francisco, tem a palavra. -----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Muito bom dia. -----

Relativamente a este assunto da eletricidade, fomos convocados, entre aspas, para aderirmos a um plano em que ficaríamos a pagar menos. Na minha ótica, penso que estamos a pagar mais. Pelas faturas que chegam à Junta, acho que é mais do que o que se pagava antes. Não sei, nesse acordo, as linhas que estão tratadas. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Mais alguém tem alguma questão a fazer? Sr. Presidente, não sei se quer responder. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, nós analisaremos com a Junta de Freguesia de Carviçais e veremos isso. Mais não poderemos pagar porque o valor base era menor. Mas, de qualquer forma, é este o momento para analisarmos, para levarmos aos técnicos da CIMDouro.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 12 de Fevereiro, **deliberou por unanimidade:** a) **Aprovar a minuta do Protocolo a celebrar com a CIMDOURO, que estabelece as regras para a constituição de um Agrupamento de entidades adjudicantes para o lançamento de um concurso público para a aquisição, por lotes, de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e de gás natural para as instalações das entidades subscritoras;** b) **Delegar na Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento as competências necessárias para promover e praticar todos os atos necessários ao lançamento do concurso e previstas nas cláusulas n.º 4 e 8 do Protocolo referido; Autorizar a Câmara Municipal nos termos dos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho e de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 12 de fevereiro, a assumir os encargos para o ano de 2018, com o contrato de aquisição de energia elétrica referido na alínea a) no montante de 220.937,00€, cujo encargo total é de 717.360,00€, com IVA incluído.**-----

le dio



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 5 — RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2017.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Como sabem, estes relatórios são obrigatórios semestralmente e são elaborados por um Revisor Oficial de Contas. Portanto, algumas das coisas que eu vou aqui dizer, vou defender coisas que não foram escritas por mim, mas pelo Revisor Oficial de Contas.-----

O plano de saneamento financeiro que foi elaborado era um plano de saneamento financeiro muito otimista, muito otimista mesmo, e por isso, alguns dos desvios são porque não conseguimos atingir as metas que estavam lá preconizadas. De qualquer forma, se repararem, logo na página 2, de todas as medidas, para serem implementadas, faltam somente duas, de todas as medidas que foram referidas no estudo. E tinham três eixos fundamentais: a eficiência organizacional, a economia e a redução das despesas e aumento das receitas, sendo certo que quanto ao aumento do IMI e de uma série de taxas municipais, nós conseguimos, e mantivemos, aliás, o que vinha do mandato anterior, mantivemos o intuito de não aumentar para as taxas máximas. Ou seja, nós estamos nas taxas intermédias, não as podemos retirar, obviamente, mas o que era preciso dizer é que em tudo o que é taxas municipais, não ultrapassamos o valor médio.-----

Tivemos uma redução dos custos com pessoal: de 2016 para 2017, houve uma diminuição de cento e vinte e três mil, setecentos e cinquenta e oito euros (123.758€). Tivemos também uma variação adicional de seis milhões de euros (6.000.000€) aqui nos bens de domínio público, pelo seguinte – e aqui é eficiência organizacional: é que uma boa parte da forma como era contabilizado e era transportado para a Prestação de Contas, estava em rubricas erradas. E principalmente isto tem a ver também com a célebre contabilidade de custos – que passámos aqui quatro anos a falar da contabilidade de custos – e que já está a ter algum efeito, nomeadamente no património, onde houve aqui uma regularização de seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta euros (6.365.430€). E isto trata-se de correções e

transferências de imobilizado. Temos aqui uma variação de mais seiscentos mil euros (600.000€) para além do montante previsto no plano de saneamento financeiro, mas como eu vos disse, o plano de saneamento financeiro era também, de alguma forma, muito otimista. -----

O que vos tenho a dizer aqui em relação ao plano é que, mesmo assim, com os fundos próprios do Município, em relação ao plano de saneamento financeiro, ao que estava previsto para 2017, a previsão prevista teve um aumento de dezassete mil euros (17.000€). Nestes dezassete mil euros (17.000€) – que não é grande coisa, dezassete mil euros (17.000€), mas se fizermos um estudo contabilístico dos últimos quatro anos, reflete uma melhoria de cinco milhões, trezentos e cinquenta e seis mil euros (5.356.000€) em relação ao que estava previsto no saneamento financeiro. Isto é dito pelo próprio Revisor Oficial de Contas, que se suporta, não na documentação da contabilidade interna, mas nos relatórios da DGAL. E o que é que nos diz o relatório da DGAL, para terminar? Que à data de 30 de junho de 2017, com relação à dívida total apurada nos termos da Lei das Finanças Locais, demonstra-se que o Município apresenta uma margem disponível de um milhão, quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco (1.042.625€) líquida, sendo que a margem absoluta é de três milhões, trezentos e dezoito mil, cento e três euros (3.318.103€) – ou seja, dos cinco milhões (5.000.000€) negativos passámos para três milhões, trezentos e dezasseis (3.316.000€) positivos. -----

Eu espero que seja este o método a aplicar para que o fantasma que tínhamos da desorçamentação e do endividamento em excesso possa definitivamente ser dado como findo, e o Município de Torre de Moncorvo possa, em igualdade com os demais, poder concorrer aos benefícios que este Quadro Comunitário de Apoio 2020 nos traz, mas só podendo ter uma margem positiva é que conseguimos concorrer com outros, entre os quais alguns aqui vizinhos, nomeadamente Mogadouro e Vila Flor. O que quer dizer que, neste momento, não temos problemas em disputar com eles essa forma também de ir buscar financiamento, porque na CIMDouro, dos dezanove Municípios, só dois conseguiram ir ao acelerador de investimento: foi Penedono – que todos sabem, não sabe como é que há-de gastar o dinheiro, tem muito dinheiro – e Torre de Moncorvo, o que quer dizer que conseguimos, naqueles projetos que estão aprovados, ir a uma taxa de financiamento de noventa e cinco por cento (95%).-----

Obrigado. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Alguém tem alguma questão a fazer? Vamos então passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) no n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, **deliberou por maioria**, (com 23 votos a favor e

1h
Pedro
Ay



1 abstenção do deputado António Júlio Andrade), apreciar e aprovar o “Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro e Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2017. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----A Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara: Muito bem. -----

Srs. Deputados, como vos disse, aqui o interesse é fazer um empréstimo para investimentos. O montante das candidaturas já aprovadas é de seis milhões e setenta e oito mil (6.078.000€); estamos com grande expectativa de que vamos conseguir chegar e ultrapassar os sete milhões de euros (7.000.000€), mas neste momento temos, desses seis milhões (6.000.000€), a participação comunitária é de cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil euros (5.621.000€), e nós podemos ir, porque este Orçamento de Estado nos permite ir, para investimento, buscar um empréstimo dos quinze por cento (15%) que nos faltam. Estamos a falar de setecentos e quarenta e dois mil euros (742.000€). Não é muito, mas é uma forma de aliviar os cofres da autarquia, e ter dinheiro disponível sem ser com fundos próprios. -----

O que se propõe é um empréstimo a vinte anos. Foram convidados os bancos da nossa praça, para um montante máximo de setecentos e quarenta e dois mil, cento e noventa e quatro euros (742.194€). O Novo Banco respondeu a dizer que não podia, ou não tinha capacidade para apresentar uma proposta; o BPI não concorreu. E concorreu a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e a Caixa Geral de Depósitos, sendo que o que apresentaram em termos de valores – para ficarmos cientes todos, têm um mapa nos vossos documentos: a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo apresentou o total de encargos em oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e seis euros (861.706€), e a Caixa Geral de Depósitos em oitocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa euros (886.690€), uma vez que o spread com que a Caixa de Crédito Agrícola concorreu foi de um ponto quarenta (1,40%), e a Caixa Geral de Depósitos, um ponto setenta e cinco (1,75%). -----

A solicitação que o Executivo faz à Assembleia Municipal é que aprove estas condições para poder ir para o visto do Tribunal de Contas. -----

Muito obrigado.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Alguém tem alguma questão a colocar? Vamos então passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **deliberou por maioria, (com 23 votos a favor e 1 abstenção do deputado António Júlio Andrade), autorizar a “contratação junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terra Quente de um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 742.194,09€, bem como, a contração de encargos em mais do que um ano económico, como estabelece o n.º 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/88, de 8 de junho”.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — ZONAS REMOTAS – DESPACHO N.º 3849/2017, DE 8 DE MAIO DE 2017. -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sra. Presidente, se me permite, e uma vez que o Executivo tem neste momento uma reunião, dar umas palavras só de agradecimento aos Srs. Deputados aqui presentes, desejar boa sorte a todos. Desejar àqueles que deixam a política ativa, autárquica, mas que tenho a certeza que estarão sempre na política ativa do concelho – e isso é o mais importante – desejar-lhes que tudo lhes corra da melhor forma, e que contamos convosco para serem uma voz ativa dentro do Concelho de Torre de Moncorvo. -----

Este ponto das Zonas Remotas é mais uma forma que não podemos aceitar da discriminação que o Poder Central faz sobre o território do interior. Aqui a questão trata-se de uma forma tão simples como esta: o Estado financia para os criadores poderem ter as vacinas em dia dos animais, e para serem controlados, nomeadamente da brucelose. A União Europeia, por outro

Pedro



lado, entende que Portugal já despendeu montantes a mais no combate e na erradicação da brucelose. Mas, como estávamos à espera, é que depois desta política na qual a própria Câmara Municipal, aprovado aqui em Assembleia Municipal, disponibilizou um montante para estarmos salvaguardados se o Estado cortasse com as verbas de apoio à vacinação dos animais, dos rebanhos que nós temos aqui. E depois disso tudo, chegámos à conclusão de uma coisa muito simples: é que se for no litoral, com aqueles rebanhos todos que se conhecem no Douro Litoral, tudo o que vem elencado é cumprido, nomeadamente o enterramento de animais, que é retirado, vai para uma incineradora, e procede-se desta forma. Aqui não; como estamos a mais de duzentos quilómetros, cada um pode enterrar como quiser, recaindo os custos dessa operação no próprio produtor. Agora, eu pergunto: então, mas já não temos problemas em enterrar um animal com brucelose? Já não há problema de deitar, por exemplo, noutra sítio qualquer, nomeadamente quando tínhamos os alimentos para os abutres no Penedo Durão? Quer dizer, ou temos uma política para seguir, e é para todos igual, ou então não nos podem dizer que as Zonas Remotas ficam sem os cuidados necessários, e que são apoiados pela União Europeia. -----

E o que se pede aqui a esta Assembleia é que, de uma forma veemente, diga da sua justiça, obviamente, mas que o país não pode ter dois pesos e duas medidas, porque somos nós todos, com os nossos impostos, e a União Europeia também suporta estes gastos, e que a União Europeia não quer saber se é em Torre de Moncorvo ou se é o mais próximo possível de Lisboa; quer é que se aja em conformidade com as normas que devem ser aplicadas. E por isso, nós decidimos trazer à Assembleia Municipal, porque é o órgão próprio do debate, e portanto, é em vós que nós confiamos esta decisão, e o que sair do vosso entendimento.-----

Muito obrigado a todos. Desejo-vos um bom dia. E àqueles que vão para campanha, uma boa campanha para todos, que sejam discutidas ideias, que sejam discutidos projetos, e que, de uma vez por todas, haja alguns princípios dos quais nós não podemos largar mão.-----

Obrigado. Bom dia. -----

---DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea m) no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou tomar conhecimento. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Há alguma questão que queiram colocar? Algum deputado quer deixar algum comentário? -----

Antes de passarmos, então, à aprovação da minuta, queria só dirigir-me a cada Grupo Parlamentar, no sentido de saber se têm alguma questão, ou algo que queiram deixar, já que esta é a última Assembleia. Deputado Luís João, não sei se quer dizer alguma coisa, já que é o representante do CDS, o Deputado Alves Salema, se quer intervir, e o Deputado José Meneses. Quer dizer mais alguma coisa, Sr. Deputado Salema? Já tinha feito uma intervenção.-----

-----**O Deputado António Alves Salema:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja a todos sucesso, e que os que abandonam, que cessam funções, que estejam também dentro da política autárquica, não em funções, mas no seu dia a dia. E desejar a todos saúde e êxitos para aqueles que ficam. E é isso. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Muito obrigada. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h00m deu por encerrada a sessão. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Inscreveu-se para intervir o Município António José Alves Costa neste ponto.-----

-----**A Presidente de Mesa:** Façam o favor, então, de passar o microfone. -----

-----**O Município António José Alves Costa:** Bom dia. -----

Eu tenho apenas uma dúvida. Esteve aqui presente um Secretário da Associação de Municípios do Douro Superior, o Dr. Nuno, que eu não conheço de lado nenhum. E sobre a sua presença, apenas o Sr. Deputado António Salema pôs uma questão, da transferência dos fundos, coisas que são bastante técnicas. Mas, eu vou pôr-vos uma questão, que eu tive o cuidado de registar, que foi a seguinte: o Sr. Deputado José Meneses deu uma comunicação a

esta Assembleia, nem sequer ??? pelo menos foi essa a acusação que foi feita pelo Presidente da Assembleia Municipal, que entregou isso por escrito aqui nesta Assembleia. Ora, ninguém questionou. Eu não questiono as verbas; eu questiono uma diferença aqui de pesos, de sete mil e setecentas toneladas para dez mil e duzentas, até o próprio Sr. Deputado José Meneses devia ter explicado, porque na altura referiu: "Eu trabalhei os dados que me deram". Então, alguém deu dados errados. Por que é que estavam recolhidas sete mil e setecentas e aparecem registadas dez mil e duzentas? Há aqui um desvio de duas mil e quinhentas toneladas. -----

É só. -----

-----**A Presidente de Mesa:** Sr. António Costa, não é? Olhe, o Dr. Nuno Trigo – como lhe digo, também não posso estar agora a responder por ele, ele esteve presente, ele diz que os dados são públicos, mas certamente, se o senhor lhe colocar alguma questão, eu acredito que ele possa elucidá-lo melhor do que agora algum de nós, porque será ele a pessoa mais indicada. Mas, agradeço-lhe desde já a sua intervenção, e mais esclarecimento eu também não lhe posso dar. -----

Vamos, então, passar à leitura da minuta da ata, Sr. Camisa, se fizer o favor. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

A Presidente da Mesa,



(Cristina Trindade)

1.ª Secretária da Mesa,



(Maria Cecília Pinto)

2.º Secretário da Mesa,



(João Leonardo)